



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADA:</b> Rosilene Torres Tacanga		<b>UF:</b> AM
<b>ASSUNTO:</b> Convalidação de estudos realizados no curso superior de Ciências Contábeis, bacharelado, na modalidade a distância, ministrado no polo de Coari, no estado do Amazonas, pela Universidade Paulista – Unip, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo.		
<b>RELATOR:</b> Henrique Sartori de Almeida Prado		
<b>PROCESSO Nº:</b> 23001.000083/2024-16		
<b>PARECER CNE/CES Nº:</b> <b>218/2025</b>	<b>COLEGIADO:</b> <b>CES</b>	<b>APROVADO EM:</b> <b>12/3/2025</b>

## **I – RELATÓRIO**

Trata-se do pedido de convalidação de estudos, protocolado no sistema SEI sob o nº 23001.000083/2024-16, realizados por Rosilene Torres Tacanga, no curso superior de Ciências Contábeis, bacharelado, na modalidade a distância, ministrado no de polo Coari, no estado do Amazonas, pela Universidade Paulista – Unip, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo.

O requerimento, anexado ao processo, data de 23 de janeiro de 2024. Assim, contextualiza e fundamenta o pedido de convalidação, alegando que a Instituição de Educação Superior – IES aceitou a matrícula da requerente mesmo tendo a data de término do Ensino Médio sendo posterior à data do ingresso na Educação Superior, anexando documentos ao presente processo.

### **Considerações do Relator**

Este processo está acompanhado dos documentos comprobatórios anexados.

A *priori*, destaco que a IES em comento está regularmente credenciada e possui ato institucional válido, segundo consta no sistema e-MEC, possuindo ato autorizativo vigente.

O caso presente descreve a situação de uma aluna que ingressou no Ensino Superior, apresentando a documentação necessária para tal fim, segundo o relato da própria interessada e atestados pela IES, juntados ao processo. No decorrer de seus estudos na graduação, a IES informou que o certificado de conclusão do Ensino Médio apresentado não poderia ser aceito, uma vez que sua data de conclusão é posterior à data de ingresso na IES, realizado por meio de processo seletivo “vestibular”.

Destaco, neste momento, que a IES aceitou a matrícula da candidata sem verificar a questão, infringindo flagrantemente o dispositivo no art. 44, inciso II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a saber:

[...]

*Art. 44 A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:*

[...]

*II - de graduação, abertos a candidatos **que tenham concluído o ensino médio** ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; (Grifo nosso)*

Cabe destacar que é responsabilidade da IES que admitiu a estudante verificar a documentação apresentada pelo aluno no momento do ingresso na Educação Superior e prevenir fraudes, tanto daquele que solicita o ingresso como daquele que aceita o ingresso, como mencionado no laborioso Parecer CNE/CES nº 23, de 10 de julho de 1996, de lavra do Conselheiro Arnaldo Niskier, quando menciona:

[...]

*O que deve ser examinado em cada processo é se foram ou não respeitadas as normas vigentes, para que se possa convalidar os estudos realizados. Não há como fazer justiça utilizando o sentimento (e não a lei), pois isso estimula a fraude, cada vez mais freqüente no ensino superior brasileiro.*

Ademais, considero que não é possível determinar a má-fé na conduta da estudante ao buscar seu ingresso no curso superior. Contudo, resta comprovadamente que a interessada não possuía as condições para o devido e regular acesso à Educação Superior na época do seu ingresso, e a IES falhou em não conduzir de maneira legal e responsável tal procedimento.

Manifesto ainda a necessidade de notificação à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, especificamente à sua Diretoria de Supervisão da Educação Superior – DISUP, para que tome as medidas necessárias urgentes para a devida orientação e eventual abertura de procedimento de supervisão em face da Unip em virtudes das práticas reiteradas e já manifestadas neste Conselho.

Portanto, diante do exposto, apresento o seguinte voto.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Voto desfavoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Rosilene Torres Tacanga, no curso superior de Ciências Contábeis, bacharelado, na modalidade a distância, ministrado no polo de Coari, no estado do Amazonas, pela Universidade Paulista – Unip, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Assupero Ensino Superior Ltda., com sede no mesmo município e estado.

Brasília-DF, 12 de março de 2025.

Conselheiro Henrique Sartori de Almeida Prado – Relator

### **III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 12 de março de 2025.

Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Presidente

Conselheira Luciane Bisognin Ceretta – Vice-Presidente